

HABEAS CORPUS Nº 511.628 - SP (2019/0145886-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
IMPETRANTE : FELIPE BARBOSA MAZZUIA
ADVOGADO : FELIPE BARBOSA MAZZUIA - SP355123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : M C DE C M I (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA ALIMENTAR. SÚMULA 309/STJ. ADIMPLEMENTO PARCIAL DO DÉBITO. MEDIDA QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE A ELIDIR O DECRETO PRISIONAL. AFERIÇÃO DA NECESSIDADE DO CREDOR A EVIDENCIAR A URGÊNCIA DOS ALIMENTOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO NA SEARA DO RESPECTIVO *WRIT*. *HABEAS CORPUS* A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* repressivo, com pedido liminar, impetrado por Felipe Barbosa Mazzuia, em favor de M. C. de C. M. I., apontando-se como autoridade coatora a Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que ratificou o decreto prisional contra o paciente, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 25):

HABEAS-CORPUS - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS NESTA VIA - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE - ORDEM DENEGADA.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão decretada, porquanto adimplida parcialmente a dívida e, não subsistindo a urgência dos alimentos a amparar tal medida extrema, mostra-se descabida a prisão civil do paciente, sendo o caso de flexibilização do disposto na Súmula 309 do STJ, consoante possibilita a jurisprudência desta Corte Superior.

O pedido liminar foi indeferido por esta relatoria (e-STJ, fls. 106-110), consoante a ementa a seguir transcrita:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA ALIMENTAR. SÚMULA 309/STJ. ADIMPLEMENTO PARCIAL DO DÉBITO.

MEDIDA QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE A ELIDIR O DECRETO PRISIONAL. AFERIÇÃO DA NECESSIDADE DO CREDOR A EVIDENCIAR A URGÊNCIA DOS ALIMENTOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO NA SEARA DO RESPECTIVO WRIT. LIMINAR INDEFERIDA.

Foram prestadas informações pelo TJSP e pelo Juízo de primeiro grau (e-STJ, fls. 115-116 e 117-140).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 142-146), segundo se depreende da síntese do seu parecer:

HABEAS CORPUS. CRFB/1988, art. 105, I, "c". Ausência de demonstração do adimplemento integral de todas as parcelas devidas a título de alimentos. Inadimplemento de parcelas vincendas que justifica a manutenção do decreto prisional. Hígidez da prisão do devedor. Súmula nº 309/STJ. Pagamento parcial do débito alimentar que não elide a prisão do alimentante. Precedentes. Parecer pela denegação da ordem.

Brevemente relatado, decido.

Efetivamente, mantém-se hígida a decisão indeferitória do pedido liminar, do presente *habeas corpus*.

Ressalte-se que a Súmula 309 do STJ dispõe no sentido de que "o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo".

Tal enunciado sumular ampara a jurisprudência desta Casa, segundo a qual é insuficiente a afastar a prisão civil o pagamento parcial da dívida proveniente de obrigação alimentar.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. VIA INADEQUADA. DÍVIDA ALIMENTAR. PRISÃO CIVIL. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 309/STJ.

1. O *habeas corpus* não é o instrumento processual adequado para averiguar a dificuldade financeira do alimentante em arcar com o débito alimentar objeto de execução, porquanto sua análise se mostra

incompatível com a via restrita do writ.

2. A medida prisional encontra-se lastreada em inadimplemento de obrigação alimentar, sendo insuficiente o pagamento parcial das prestações, nos termos da Súmula nº 309/STJ 3. Agravo interno não provido.

(AgInt no RHC 102.034/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 06/05/2019)

HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR QUE INDEFERE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRISÃO CIVIL DECRETADA ANTE O INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ATUAL. SÚMULA 309/STJ. ALEGAÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PACIENTE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. ORDEM DENEGADA.

1. Em regra, não cabe Habeas Corpus contra decisão monocrática de relator que indefere efeito suspensivo a Agravo de Instrumento interposto nos autos de Execução de Alimentos. Aplicação analógica da Súmula 691/STF. Precedentes.

2. O pagamento parcial do débito não afasta a regularidade da prisão civil, porquanto as quantias inadimplidas caracterizam-se como débito atual, nos termos da Súmula 309/STJ.

3. A verificação da redução da capacidade financeira do alimentante e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação, normalmente, demandam dilação probatória, inviável em sede de Habeas Corpus.

4. Ordem denegada. Agravo interno prejudicado.

(HC 483.679/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 20/02/2019)

Não se desconhece a existência de julgado deste Tribunal, notadamente desta relatoria, em que já se afastou o decreto prisional, como medida executiva de prestação de alimentos, porquanto não evidenciada a urgência da obrigação.

A propósito (sem grifo no original):

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA DE ALIMENTOS. MAIORIDADE CIVIL, REMUNERAÇÃO PRÓPRIA, REDUÇÃO DO VALOR DA PENSÃO, LEVANTAMENTO DE EXPRESSIVA SOMA EM DINHEIRO E PENHORA DO ÚNICO BEM IMÓVEL DO DEVEDOR. OCORRÊNCIAS VERIFICADAS NO CURSO DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. AUSÊNCIA DE ATUALIDADE DO DÉBITO E DE URGÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS ALIMENTOS. INEFICÁCIA DA MEDIDA COATIVA, NA HIPÓTESE, ANTE O

CONTEXTO DOS AUTOS. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A constrição da liberdade somente se justifica se: "i) for indispensável à consecução dos alimentos inadimplidos; ii) atingir o objetivo teleológico perseguido pela prisão civil - garantir, pela coação extrema da prisão do devedor, a sobrevivência do alimentado - e; iii) for a fórmula que espelhe a máxima efetividade com a mínima restrição aos direitos do devedor" (HC n. 392.521/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 1º/8/2017).

2. No caso, em que tramitam, concomitantemente, duas ações de execução de alimentos, foi autorizado por um dos Juízos o levantamento em favor do exequente da importância de R\$ 147.568,77 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), tendo ocorrido, ainda, a penhora do único bem imóvel de propriedade do alimentante, o qual lhe serve de moradia. Verifica-se dos autos, ainda, que o alimentando atingiu a maioridade, estando hoje com 22 (vinte e dois) anos de idade, é estudante universitário e já desempenha atividade remunerada, fato este que culminou, inclusive, na redução da pensão alimentícia de 1, 37 (um vírgula trinta e sete) salário mínimo para 40% (quarenta por cento) desse valor, por sentença desafiada por apelação, ainda pendente de julgamento.

3. Embora tais fatos, por si, não desobriguem o executado pela dívida pretérita contraída ao longo de vários anos, torna desnecessária, na espécie, a prisão civil como medida coativa, seja em razão da ausência de atualidade e de urgência da prestação dos alimentos, seja porque essa técnica será ineficaz para compelir o devedor a satisfazer integralmente o débito que se avolumou de forma significativa.

4. Ordem concedida, de ofício, confirmando-se a liminar anteriormente deferida.

(HC 447.620/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018)

Na hipótese, o Tribunal de origem, lastreado no verbete sumular supracitado, revogou a liminar concedida e manteve a decisão de primeiro grau que decretou a prisão do paciente, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 25-26):

Com efeito, merece mantença a R. decisão que decretou a prisão civil do paciente que deixou de pagar a pensão alimentícia pela qual se obrigara.

As alegações do Impetrante não merecem prevalecer, uma vez que não quitou o débito, e o pagamento parcial efetuado não se mostra suficiente a obstar a medida constritiva.

Demais disso, ver que o decreto prisional decorreu de dívida referente às três últimas prestações vencidas antes do ajuizamento da execução, bem como daquelas que se venceram ao longo da execução, em estrita observância ao que estabelece a Súmula 309 do STJ; logo, sua imposição é perfeitamente admissível.

Outrossim, a via aqui não é adequada para o exame de provas sobre a condição econômica do devedor, a necessidade do credor e o alegado vultoso valor da dívida.

Assim, diante da existência de obrigação alimentar não quitada, justifica-se a medida imposta pelo Juízo impetrado, não havendo ilegalidade ou irregularidade a ser suprida por esta Corte.

Ante o exposto, DENEGA-SE A ORDEM, cassada a liminar outrora deferida.

Da leitura da fundamentação exarada no aresto hostilizado, não há como se depreender haver ou não urgência, circunstância atrelada à necessidade do credor dos alimentos que só pode ser aferida mediante dilação probatória, providência vedada no âmbito do presente *writ*.

Corroboram essa conclusão os seguintes julgados do STJ:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ALIMENTOS. ORDEM DE PRISÃO. AVERIGUAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO DEVEDOR. NÃO CABIMENTO EM SEDE DE "HABEAS CORPUS". TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. NÃO INCIDÊNCIA. DÉBITO ALIMENTAR INCONTROVERSO.

1. A teor da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a real capacidade financeira do paciente não pode ser verificada em "habeas corpus" que, por possuir cognição sumária, não comporta dilação probatória, não admitindo a análise aprofundada de provas e fatos controvertidos.

2. O pagamento parcial da obrigação alimentar não afasta a possibilidade da prisão civil.

3. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

(RHC 104.119/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

HABEAS CORPUS. DIREITO DE FAMÍLIA. TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. NÃO INCIDÊNCIA. DÉBITO ALIMENTAR INCONTROVERSO. SÚMULA N. 309/STJ. PRISÃO CIVIL. LEGITIMIDADE. PAGAMENTO PARCIAL DA DÍVIDA. REVOGAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. NÃO CABIMENTO. IRRELEVÂNCIA DO DÉBITO. EXAME NA VIA ESTREITA DO WRIT. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Teoria do Adimplemento Substancial, de aplicação estrita no âmbito do direito contratual, somente nas hipóteses em que a parcela inadimplida revela-se de escassa importância, não tem incidência nos vínculos jurídicos familiares, revelando-se inadequada para solver controvérsias relacionadas a obrigações de natureza alimentar.

2. O pagamento parcial da obrigação alimentar não afasta a possibilidade da prisão civil. Precedentes.

3. O sistema jurídico tem mecanismos por meio dos quais o devedor pode justificar o eventual inadimplemento parcial da obrigação (CPC/2015, art. 528) e, outrossim, pleitear a revisão do valor da prestação alimentar (L. 5.478/1968, art. 15; CC/2002, art. 1.699).

4. A ação de Habeas Corpus não é a seara adequada para aferir a relevância do débito alimentar parcialmente adimplido, o que só pode ser realizado a partir de uma profunda incursão em elementos de prova, ou ainda demandando dilação probatória, procedimentos incompatíveis com a via estreita do remédio constitucional.

5. Ordem denegada.

(HC 439.973/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 04/09/2018)

Diante dessas considerações, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator